

## **Urnas e nos gramados – as eleições e o Campeonato Brasileiro durante a Ditadura Civil - Militar”**

DANIEL DE ARAUJO DOS SANTOS<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O historiador do futebol ou mesmo o amante do esporte que tem algum apreço pela história do velho esporte bretão já deve ter ouvido a frase “Onde a Arena vai mal, um time no Nacional”. Este dito popular, forte na segunda metade da década de 1970, tenta relacionar o crescimento em número de participantes do Campeonato Nacional de Futebol com o desgaste político da Ditadura Civil – Militar instaurada no Brasil em 1964.

Por que tal frase ganhou tanta força e resiste até hoje na memória daqueles que acompanharam futebol naqueles tempos? Sabemos que até mesmo quando estas memórias são falsificadas ou inventadas podem nos dar pistas do que realmente ocorreu (REIS, 2004: 15-28). No caso, a longa trajetória de ações envolvendo políticos com futebol ajudam a tal visão.

Enquanto presidente, Eurico Gaspar Dutra deu propriedades ao Flamengo no Centro do Rio de Janeiro e seu sucessor, Vargas, concedeu empréstimos facilitados para o clube construir sua sede no Morro da Viúva. Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, conseguiu votos e fama de corrupto ao construir o Mineirão (que leva seu nome), com capacidade para cem mil pessoas em Belo Horizonte. Nos tempos da Ditadura civil – militar, o Ministério do Trabalho do Rio de Janeiro após conceder um aumento insuficiente ao salário – mínimo (eram tempos de arrocho salarial), distribuiu ingressos para o clássico Flamengo e Fluminense no feriadão do primeiro de maio (LEVER, 1983: 61-63). Quando Geisel é anunciado candidato à presidência pela ARENA, o Jornal do Brasil traz como legenda de sua foto a seguinte descrição:

---

<sup>1</sup> Mestrado em História Política e Bens Sociais. CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro

“Gaúcho de Bento Gonçalves, 64 anos, torcedor do Internacional de Porto Alegre e do Botafogo no Rio (...)”. Estas e outras ações posteriores estão presentes e contribuem na reconstrução de uma memória ligada ao futebol.

O objetivo deste trabalho é confrontar o crescimento do número de participantes do campeonato com a necessidade de buscar mais votos no período de transição “lenta, gradual e segura” para a democracia, entre 1974 e 1979. Para isso, teremos como alvo as eleições de 1974 e seus desdobramentos no campo político e esportivo, mais precisamente no futebol.

## PANORAMA POLÍTICO

A Ditadura Civil – Militar implementada no Brasil a partir de 1964 foi saudada como uma “Revolução Democrática” por parte da sociedade, e desde sua gênese tem como característica marcante justamente o fato de manter um alto grau de institucionalização. Segundo Alessandra Carvalho:

*“A despeito da fluidez e da incerteza institucional (...) foram mantidas as atividades partidárias e as eleições diretas para os cargos de vereador, deputados estadual e federal, e senador, bem como de prefeito – excetuando-se as capitais dos estados e os municípios classificados como áreas de segurança nacional e estâncias hidrominerais. Esse aspecto distinguiu o regime autoritário brasileiro de seus congêneres latino-americanos e, acreditamos, conferiu a ele uma dinâmica bastante peculiar”*(CARVALHO, 2008)

Assim, a existência de partidos políticos fazia parte do simulacro democrático da ditadura. A ideia era tentar manter um apoio social para não precisar recorrer à força em todo o período (como ocorreu na Argentina durante a chamada “Guerra Suja”), buscando o máximo grau de consenso e o mínimo de coerção. No Brasil, “o regime procurava estabelecer uma legalidade imposta de acordo com as circunstâncias do momento, baseado em uma tradição normativista”(SOARES, 2006).

A trajetória da institucionalização do regime tem no resultado das eleições de 1965 um importante capítulo. Este desagradou setores militares devido a vitória de políticos que representavam os ideais nacionalistas – trabalhistas derrotados com o golpe. Diante dos choques entre setores civis e militares dentro do governo, Castelo

Branco cria o AI – 2<sup>2</sup> extinguindo os partidos existentes, tendo posteriormente o Ato Complementar número 4 determinado que o Congresso organizasse agremiações partidárias. Era intenção dos militares a criação de um sistema bipartidário semelhante ao das democracias anglo – saxãs, resultando na criação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que aglutinaria os parlamentares que apoiavam o regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que seria uma frente de oposição ao governo, reunindo parlamentares restantes que discordavam dos rumos tomados pelos militares (SCHIMIT, 2000: 36-40).

Portanto, o governo atuou no sentido de obter através do voto um certo respaldo popular. Para Geisel, *“uma maioria do partido da Revolução é um argumento que podemos usar lá fora”* (GÁSPARI, 2003: 454). Neste sentido os meios de comunicação eram usados para propagandear os feitos do regime, atraindo a simpatia da população e esvaziando o discurso de oposição contra os militares. E mesmo tentando ao máximo desvincular-se do culto ao líder dos tempos varguistas, a AERP<sup>3</sup> procurava apresentar os presidentes como “boa gente”, pessoas comuns, o que aproximava os mandatários máximos do povo. Por exemplo, Costa e Silva seria o “seu Artur” enquanto Médici era fotografado escutando rádio de pilha no Maracanã ou cabeceando uma bola de futebol.

O auge da campanha ufanista relacionando o futebol com o crescimento nacional ocorre com a participação do Brasil na Copa de 1970. Slogans como “Ninguém mais segura este país”, “Ontem, hoje, sempre, Brasil” e “Brasil, ame – o ou deixe – o” embalados pela marchinha “Pra frente Brasil” acompanharam a seleção desde sua partida para o México até a chegada triunfal, com os jogadores carregando a taça Jules Rimet em carro aberto nas principais capitais do país (JÚNIOR, 2007: 138-150).

Nos embalos dos discursos de integração nacional, foi criado em 1971 pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD) o Campeonato Nacional de futebol. Quando da sua criação, ele possuía 20 clubes, sendo quatro do Nordeste, treze do

---

<sup>2</sup> Além da extinção dos partidos políticos, o AI –2 determinou: eleições indiretas para a presidência da república; aumento do número de ministros do STF de 11 para 16; reabertura do processo de punições dos adversários do regime; impossibilidade de reeleição do presidente da república; direito ao presidente de decretar estado de sítio por 180 dias sem consulta prévia ao Congresso, ordenar intervenção federal nos estados, decretar o recesso do Congresso e demitir funcionários civis e militares “incompatíveis com a revolução”, além de emitir atos complementares e baixar decretos – leis sobre assuntos de segurança nacional”.

<sup>3</sup> Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP)

Sudeste e três do Sul, excluindo totalmente as regiões Centro – Oeste e Norte do evento futebolístico. É evidente que a força político – econômica do Sudeste se reflete na qualidade de seus clubes de futebol e, desta forma, a desigualdades regionais também podem ser constatadas nos esportes.

Quando iniciamos uma análise das eleições para o Senado e para o Congresso nacional, no período de crise ou desgaste do regime militar, percebemos ter sido na região Sudeste que os militares tiveram mais dificuldades nas urnas. Segundo o Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro, “o apoio dado ao MDB foi altamente concentrado nas regiões Sudeste e Sul, que, em conjunto, foram responsáveis por, respectivamente 71,3%, 77, 1%, 40,6% e 77,3% dos votos do partido nas eleições de 1966, 1970, 1974 e 1978”(SANTIAGO JR, 2006:80-84).

Em um país de dimensões continentais, um campeonato com vinte clubes deixou muitos insatisfeitos, dentre estes, importantes políticos ligados à ARENA. Em 1971, com apoio do governador de Goiás, criou – se um campeonato paralelo com aqueles que foram excluídos do Nacional<sup>4</sup>. Para o projeto de integração nacional criado pelos militares, ou mesmo do ponto de vista político, esta não seria a melhor das soluções.

Alguns ajustes na competição seriam naturais para o ano de 1972, afinal estes começaram já durante a primeira edição, que apresentou mudanças nas regras ainda durante sua execução. Além da alteração da fórmula de disputa, já no segundo Campeonato Nacional seis novos clubes foram absorvidos com a significativa duplicação do número de vagas dos clubes nordestinos e a inclusão da região Norte, com a presença de uma vaga para o Pará e outra para o Amazonas.

Em 1973 o número de participantes salta para quarenta (número este mantido no ano seguinte), aumentando ainda mais em 1975. Mas as grandes mudanças coincidem com o projeto “Geisel – Golbery” de abertura “lenta, gradual e segura”. Considerada por muitos analistas como uma “transição por cima”, o processo que pretendia “garantir uma institucionalidade elitista que excluísse setores populares”, por muitas vezes foi ameaçado pela mobilização da sociedade civil organizada através da OAB,

---

<sup>4</sup> O governador de Goiás Leonino Caiado apoiou a idéia de Halê Selassié Pinheiro, presidente do Goiás em realizar um torneio paralelo ao Campeonato Brasileiro: o Torneio de integração Nacional, tendo como participantes times que ficaram de fora da “festa da CBD”. In “Um torneio para unir todo o país”. Revista Placar, nº 62, 21 de maio de 1971.

Comunidades Eclesiásticas de Base, ABI, jornais políticos e culturais de oposição (“imprensa alternativa”) e o novo movimento sindical (ARAUJO, 2006:153-156).

Nesse contexto, o Movimento Democrático Brasileiro passou a principal representante dos setores de oposição à ditadura. Desta forma, enfraqueceu – lo era de fundamental importância para os militares. Paralelamente a este movimento político – partidário, o Campeonato Nacional que abrigava cinquenta e quatro clubes em 1976, fecha a década com noventa e quatro times participando de seus jogos<sup>5</sup>, sendo o Nordeste a região com o maior número de representantes (trinta clubes).

Não acredito que este aumento da participação de nordestinos e nortistas, assim como a participação mesmo que tímida dos times do Centro – Oeste, seja apenas obra do acaso; certamente faziam parte do projeto de abertura e fortalecimento da ARENA no legislativo nacional. E se a seleção brasileira não conseguiu o tetracampeonato em 1978 (outro regime militar necessitava dos apelos nacionalistas emanados pela paixão futebolística), por que não contar com a presença de times como o Flamengo e o Corinthians em “currais eleitorais” de políticos favoráveis às orientações do regime?

## **ELEIÇÕES DE 1974**

O retorno do grupo de militares moderados, conhecidos como o grupo da Sorbonne ou linha castelista, ocorre no final do ano de 1973, em um momento no qual o governo ainda desfrutava de bons índices econômicos, apesar de “seu povo ir mal”. Segundo o historiador Francisco Carlos Teixeira, “foi a eficiência econômica do governo Médici que favoreceu a sucessão Geisel – Golbery e, portanto, a abertura do regime” (TEIXEIRA, 2003: 246-254).

Os moderados (castelistas) divergiam daqueles conhecidos como “linha – dura” (militares próximos dos setores de informação e com o aparelho de “contra – insurgência) sobre os rumos do regime. Desde o início do governo desejavam a transição do poder para os civis. Defendiam a tese do “Golpe Cirúrgico”, alegando que a “presença militar no centro do poder político trazia consequências nefastas para o profissionalismo militar, já que amplia (...) a presença de valores distintos da

---

<sup>5</sup> A ideia original era da participação de 96 clubes mas Santos e São Paulo se recusaram a participar devido ao excesso de clubes, reduzindo assim para 94 o número de participantes.

hierarquia da disciplina e que, portanto, debilita seus próprios fundamentos.”(SOARES, 2006).” Enquanto isso, os “duros” defendiam a longevidade do regime e a manutenção do aparelho repressor.

A partir de sua volta ao poder em 1974 o grupo moderado colocaria em prática o projeto de liberalização do regime, que fracassara na sucessão de Castelo Branco. Era preciso conter a autonomia crescente dos setores ligados a “comunidade de segurança” assim como rechaçar os riscos de quebra da disciplina e hierarquia militar. Era hora do retorno aos quartéis de forma “lenta, gradual e segura” justificada seguinte forma por Geisel:

*“(...) Por que tem que ser lenta? Porque não pode ser uma abertura abrupta.(...)Ela tinha que ser gradual, progressiva. E tinha que ser segura, porque nós não podíamos admitir uma abertura que depois não funcionasse e voltasse o regime de excessão. Era preciso que ela fosse montada e organizada de maneira que representasse uma solução definitiva.”(COSTA, 1999: 209)*

Uma vez no poder, o novo general – presidente desejava um resultado simbólico nas primeiras eleições que enfrentaria. O clima de otimismo e confiança com a vitória da ARENA era tão grande que Geisel temia uma votação esmagadora, pois assim poderia passar uma impressão de fraude ao povo e aniquilar a oposição. A ARENA já possuía 21 dos 22 estados, além de 91% das prefeituras com 86% das câmaras de vereadores, ou seja, se obtivesse uma vitória esmagadora em 1974, o país viveria praticamente sob um regime unipartidário. Em um diálogo com seu chefe do gabinete civil, Golbery do Couto e Silva, Geisel afirmou: “A vitória sobre o MDB tem que ser de tal maneira que não liquide o partido. (...)Suponha que amanhã não haja oposição no Senado. Não pode.” (Gáspari, 2003: 456-158)

Mesmo procurando afirmar sua força no Congresso (denunciara o deputado Chico Pinto ao STF pois este acusou Pinochet no plenário de “assassino”, “mentiroso” e “fascista”)<sup>6</sup> ou proibindo a imprensa paulista de noticiar a epidemia de meningite, o governo procurou manter um clima de relativa liberdade durante a campanha eleitoral. Mesmo assim o MDB temia que o afastamento da população das questões políticas e o desinteresse das esquerdas, que denunciavam o processo eleitoral como fraude para

---

<sup>6</sup> Chico Pinto era um dos líderes do “autêntico”MDB que enfrentava o governo e as vezes a própria direção do MDB. Condenado a seis meses de prisão pelo Supremo Tribunal Federal, o deputado saiu do Congresso em direção ao cárcere.

legitimar o regime, resultassem em um novo fracasso nas urnas - como ocorrera em 1970.

Na sexta – feira 15 de novembro de 1974, Geisel e 80% do eleitorado inscrito (cerca de 36 milhões de brasileiros) participaram das eleições. Na seção eleitoral o presidente dizia aos jornalistas: “O fundamental é este clima de liberdade vigente no país, contrariando o que muitos dizem. Vim aqui como um cidadão para cumprir um direito e um dever. Espero que haja um mínimo de abstenção e que todos votem.” (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16/11/1974) Os institutos de pesquisa previam que o resultados das eleições não seriam aqueles desejados pelo governo. No dia seguinte ao pleito, o Jornal do Brasil vinha com a seguinte manchete: “MDB vence as prévias na GB, RJ e SP” (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16/11/1974).

A vitória do MDB, confirmada após o fim da apuração, precisa ser encarada de forma cuidadosa, pois o partido, apesar de ter aumentado a sua representação, (conquistando 37,8% das cadeiras contra 40,9% da ARENA) continuava a ser minoritário no Congresso. Mas a sua força foi demonstrada no Senado onde consegue 16 das 22 vagas em disputa, além da redução do voto de protesto em cerca de 9% com relação as eleições de 1970 (MOTTA, 1997: 195 -221).

Rodrigo Patto Sá Motta, em seu livro “Partido e Sociedade – A trajetória do MDB” lista alguns fatores para o resultado eleitoral de 1974. O primeiro seria a atuação de grupos renovadores como os “autênticos” dentro do partido. Estes aglutinaram forças (inclusive de ex-militantes da esquerda armada derrotada pelo governo) e deram novo fôlego aos opositores. O segundo seria a liberdade proporcionada pelo governo na campanha e no processo eleitoral, a maior desde o início do regime.

Saber utilizar canais como o rádio e principalmente a televisão foi o terceiro fator. Enquanto o MDB elaborou material de orientação para seus candidatos com a ajuda de publicitários, criando uma linguagem próxima aos populares, os candidatos arenistas “sem qualquer experiência de falar no rádio e na televisão encontravam dificuldades em transmitir suas ideias em quatro minutos (GRIMBERG, 2009: 187).

As mudanças populacionais no país seriam o quarto fator. Enquanto a ARENA tinha no interior sua força eleitoral<sup>7</sup>, o MBD era uma partido essencialmente urbano.

---

<sup>7</sup> Muitos políticos criticaram a Lei Etelvino Lins que procurava impedir abusos de candidatos ou partidos que trocavam votos por transporte nas cidades do interior. “Lei Etelvino é elogiada mas causa confusão”Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16/11/1974

Desta forma, a urbanização crescente facilitaria o crescimento eleitoral do partido em detrimento da ARENA. O esgotamento do “Milagre Econômico” seria o quinto fator, uma vez que “indícios de que problemas econômicos estavam por vir eram claros para determinados setores empresariais” (MOTTA, 1997: 187).

Para o jornalista Carlos Castello Branco, a intervenção do governo nas indicações de políticos da ARENA, excluindo a necessidade das convenções partidárias, seria um fator fundamental para a derrota nas eleições de 1974. Desta forma, o partido teria sido “violentado”, deixando sem vez suas principais lideranças. O desprestígio dos políticos pelo regime, incluindo aí aqueles que eram seus aliados, seria um fator a mais nesta “derrota da ditadura”. Segundo Elio Gáspari, a reação de Geisel quando lhe disseram que ao menos a ARENA garantiria a maioria no Congresso foi a seguinte:

“Vamos ter por que? O que nos assegura? Acho bem possível que não tenhamos. (...) Eleição é isso mesmo. O povo vota livre e, normalmente, no contra. E nós temos que respeitar. Pois não fizemos uma eleição? É isso, e pronto.(GÁSPARI, 2003: 467)

Ao final da apuração ficou claro que os militares enfrentariam uma crescente dificuldade em obter a maioria parlamentar com as eleições livres enfrentando um clima econômico adverso e uma oposição disposta a pressionar sempre para que se atingisse, o mais rapidamente possível, a democracia plena” (REGO, 2008: 211-230). Para Geisel, a partir deste momento a oposição se “tornou mais virulenta, e essa virulência gerou uma reação e um fortalecimento da linha dura” (CASTRO e DÀRAUJO, 1997:383) .

Tal declaração é sintomática, uma vez que a partir daquela data os aparelhos repressores aumentam o cerco sobre o MDB, acusando o partido de infiltração comunista. Existiam quadros emedebistas que eram ligados ao “Partidão”, algo assumido pelo próprio Luiz Carlos Prestes em entrevista na Europa no período. Assim, a repressão seria uma forma de desarticular a estrutura política do velho PCB e “dar um recado” para o MDB, agora uma real ameaça ao regime (MOTTA, 2007: 21-47).

Outra consequência, mesmo que indireta, foi a reavaliação sobre a necessidade ou não de um órgão de imprensa. No início do governo Geisel a AERP foi desativada, mas em janeiro de 1975 foi criada a AIRP (Assessoria de Imprensa e Relações públicas) e, um ano depois, a ARP (Assessoria de Relações Públicas). Apesar das negativas

daqueles envolvidos nestes projetos, estava evidente a intenção do governo de usar o órgão no jogo eleitoral. O que não poderia acontecer era a repetição dos resultados obtidos pela ARENA em 1974. Até mesmo a criação de um novo partido governista com um caráter mais popular foi proposto ao presidente Geisel pelo ex-governador do Paraná Paulo Pimental, que reuniria “ líderes da própria ARENA e do governo, com maiores possibilidades e maiores oportunidades de expansão e de estabilidade das instituições” (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 17/01/1975). Tudo seria válido para não colocar a liberalização em risco.

## **O FUTEBOL E AS ELEIÇÕES DE 1974**

Tal como nos dias de hoje, também na década de 1970 os esportes eram um excelente trampolim para a carreira política. Se hoje alguns se espantam com a grande votação que ex- craques como Romário, Bebeto ou Roberto Dinamite receberam nas eleições de 2010, nas eleições de 1974 Djalma Campos, ídolo do Sampaio Correa, tentava bater mais um recorde nas urnas do Maranhão, enquanto Piazza já era vereador em Belo Horizonte.

Nos interessa analisar o fenômeno dos dirigentes esportivos, uma vez que são eles os criadores das regras dos torneios e os responsáveis pela ampliação do Campeonato Nacional. Se na cidade do Rio de Janeiro os dirigentes não conseguiam votos suficientes para obter mandatos – João Havelange, Otávio Pinto Guimarães e Antonio do Passo são provas que nem mesmo a CBD convencia os cariocas a colocarem “cartolas” no Congresso – em outros estados a situação era diferente.

Em Minas Gerais o MDB abrigava os principais dirigentes políticos. O vice – presidente do Atlético Mineiro era deputado federal e candidato à reeleição. Além dele, Said Paulo Arges (ex- dirigente do Atlético) e Amador de Barros (ex- presidente do América Mineiro) também tentavam vaga no Congresso Nacional.

Em São Paulo, a relação entre os dirigentes e a política tinha no Dr. Laudo Natel um símbolo. Presidente do São Paulo Futebol Clube entre 1958 e 1970, assumiu provisoriamente o cargo de governador no lugar de Ademar de Barros, cassado devido a divergências com os militares, entre junho de 1966 e janeiro de 1967. Fez um mandato

alinhado ideologicamente com o regime, o qual lhe permitiu após três anos sair da presidência do clube direto para o Palácio dos Bandeirantes (LEVER, 1983:68), uma vez que fora indicado por Médici para retornar ao cargo de governador (foi eleito pela Assembléia Legislativa em 3 de outubro de 1970). Outro destaque no mesmo período foi o presidente da Federação Paulista, João Mendonça Falcão, deputado estadual pelo MDB cassado pelo AI-5 em 1968, e assessor de Delfim Neto entre 1967 e 1974.

Nas eleições de 1974, o ex – presidente do Corinthians Wadi Helu, o presidente da Portuguesa de Desportos Oswaldo Teixeira<sup>8</sup> (que era vereador) e Atiê Jorge Curi (ex-presidente do Santos) tentavam através das urnas obter legislaturas federais e estaduais pela ARENA. Em Pernambuco, sete foram os dirigentes de clubes<sup>9</sup> tentando a legislatura; cinco na Bahia;<sup>10</sup> e apenas o ex-vice presidente do Grêmio, Sérgio Ilha Moreira, tentando no Rio Grande do Sul (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16/11/1974).

Como podemos perceber, políticos afiliados aos dois partidos possuíam relações com o futebol. Como assinala Rodrigo Patto Sá Motta, “nem todos os emedebistas tinham perfil de oposição; alguns estavam mais para a linha do regime do que qualquer outra coisa” (MOTTA, 1997: 285). O mesmo partido que lançava a anti – candidatura de Ulysses Guimarães ou recebia comunistas em seus quadros tinha o político – dirigente Nei Ferreira, “acusado, com o vice-presidente do Vitória, deputado Henrique Cardoso, de ter mandado surrar o jornalista Cléo Meireles, do Diários Associados, em consequência de suas denúncias a respeito da contratação ilegal de um dos jogadores do clube” (ABREU, LATTMAN-WELTMAN e LAMARÃO, 1984). O político emedebista ganhou o apelido de "Al Capone da Bahia.

No entanto, neste pequeno levantamento, podemos perceber que mesmo times de pequeno porte forneciam seus dirigentes para os quadros legislativos, principalmente

---

<sup>8</sup> Hoje, uma praça e o estádio da Portuguesa de Desportos localizados no Canidé são batizados com o seu nome.

<sup>9</sup> Eram Antonio Palmeira (ex-dirigente do esporte Clube do Recife), Fernando Lira (dirigente do Central de Caruaru) e Ozir Ramos (dirigente do Santa Cruz) tentando o Congresso Nacional enquanto Alcir Teixeira (dirigente do Santo Amaro), Gilvan Brandão (dirigente do Ibis), Ribeiro Godé e Antônio Luis (dirigentes do Santa Cruz) tentando a legislatura estadual.

<sup>10</sup> Nei Ferreira (ex-presidente do Vitória acusado de negócios ilícitos, chamado pela imprensa de “Al Capone” da Bahia) tentava o cargo federal pelo MDB enquanto Raimundo Rocha Pires (dirigente do Vitória), Cristóvão Ferreira (diretor do Ipiranga e filiado a ARENA), Francisco Bastos (ex-dirigente do Botafogo filiado ao MDB) e Francisco Trindade (presidente do Bahia filiado a ARENA) tentavam a Assembleia Legislativa da Bahia.

em cidades pequenas (ou mesmo nos subúrbios das grandes cidades) onde os clubes possuíam grande importância na socialização dos habitantes destas localidades.

Usando pesquisa promovida por Alessandra Carvalho, concluímos que 60% dos políticos que atuaram durante o período ditatorial possuíam filiação anterior ao sistema bipartidário (CARVALHO, 2008: 197). Desta forma é interessante observarmos que o futebol é usado tanto para se obter cargos políticos pela primeira vez, como também serve para que indivíduos com trajetória anterior na política reforcem seu reconhecimento social e sejam aceitos como atores políticos, ou seja, fortaleçam seu capital político (BOURDIEU, 1996) através da projeção dada pelo clube.

## **TEMPOS DE MUDANÇAS**

Se um clube poderia aumentar o capital político de um dirigente, o controle da entidade máxima do esporte nacional seria algo de muita valia para o partido do governo naqueles tempos de mudanças anunciados pelas eleições de 1974. O projeto Geisel – Golbery busca o controle da CBD, usando até mesmo agentes do sistema de informações para pressionar João Havelange, agora presidente da FIFA, a se retirar da chefia da entidade (SARMENTO, 2006: 176).

As pressões deram resultado: no dia 10 de janeiro de 1975 é aclamado por unanimidade o almirante Heleno de Barros Nunes, militar que tinha expressão nacional por liderar a Arena. Com ele, há uma clara militarização da entidade, uma vez que os diretores de finanças (major Carlos Alberto Cavalheiro), de coordenação de esportes (coronel Heleno Louzadas), esportes terrestres (coronel Glênio Ferreira) e administração (general Amarilto Malaquias) eram oriundos das forças armadas.

No discurso de sua posse, Heleno Nunes ressalta dois objetivos de sua gestão: comandar a CBD “de acordo com os interesses das autoridades maiores da administração direta da União” e a fragmentação das atividades esportivas em confederações autônomas (JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 11/01/1975) . Críticas à gestão anterior são elaboradas já nos primeiros dias de trabalho. Com Heleno, negócios particulares não mais seriam tratados dentro da entidade e as dívidas de quase 12 milhões seriam quitadas.

O autoritarismo de Nunes a frente da confederação tem respaldo no legislativo nacional, uma vez que este aprova a Lei 6.251 (8 de outubro de 1975), que fortalecia o CND e a CBD, restringindo a participação dos clubes na gestão das entidades. Desta forma, dirigentes de federações aumentaram seus poderes. Como muitos destes eram políticos com bases eleitorais com redutos no interior do país, o novo presidente da CBD tem apoio para elaborar seus planos políticos – eleitoreiros.

Já no primeiro ano de mandato de Heleno Nunes, o campeonato seria oficializado como Primeira Divisão, aumentando em dois o número de equipes. O Espírito Santo aumenta para dois o número de participantes e a Paraíba ganha seu primeiro representante, sendo assim todos os estados do país possuiriam representantes na competição. Segundo Carlos Eduardo Sarmiento, é em 1976 que podemos sentir uma “evidente manipulação política do torneio” (SARMENTO, 2006: 176 – 195). É com esta politização e expansão do número de clubes que se popularizou a frase até hoje atribuída ao almirante – dirigente: “onde a Arena vai mal, um time no Nacional”.

Enquanto o Executivo procurava evitar o crescimento do partido de oposição no Congresso, restringindo a propaganda eleitoral no rádio e nas televisões com a Lei Falcão, o Campeonato Nacional atingia o número de 54 clubes participantes (mais dois clubes de São Paulo são acrescidos no torneio). Em 1977, enquanto o Brasil assistia a criação de mais um estado (Mato Grosso do Sul), a imposição de senadores pelo executivo (chamados “biônico”) e o aumento da representação política do Nordeste, o campeonato ganha mais oito clubes, uma vez que os estados de Sergipe, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Piauí, Paraná e Goiás ganham mais uma vaga, enquanto o Distrito Federal retorna à competição representado pelo CEUB (Centro Esportivo Universitário de Brasília), que obtém a sua melhor colocação na história, um modesto trigésimo segundo lugar<sup>11</sup>.

No último ano do AI – 5, revogado pela Emenda Constitucional nº 11 em dezembro de 1978, a oposição levantava a bandeira por uma anistia “ampla, geral e irrestrita”, enquanto os trabalhadores do ABC paulista promoviam greves baseados nas ideias antiestatistas e defendendo uma democracia direta em movimento inovador no meio sindical, onde o “peleguismo” dos tempos trabalhistas não mais existiria.

---

<sup>11</sup> Santa Catarina, o Figueirense perde sua vaga no campeonato, restando apenas o Joinville como representante do estado em 1977

Frequentavam agora os estádios do Campeonato Nacional mais doze equipes, somando um total de 74 times participantes, nada próximo dos 96 propostos por Heleno Nunes no campeonato maior campeonato da história do Brasil em 1979. Este caso mereceria um capítulo especial, algo que um paper não nos permite disponibilizar.

## CONCLUSÃO

O projeto de abertura “lenta, gradual e segura” tem nas eleições de 1974 um momento decisivo. Se a linha castelista que acabava de chegar ao poder, previa iniciar a transição para a democracia com apoio popular através das urnas, isso na prática não ocorre. Desta forma, além dos já previstos embates com a chamada “linha – dura” eles teriam que enfrentar o crescente apoio popular ao MDB oposicionista.

Neste pequeno trabalho tentei demonstrar a relação entre o futebol e as eleições de 1974, com a participação efetiva de dirigentes – políticos no processo eleitoral. Porém o mais importante é que a partir deste momento os castelistas veem a oportunidade de apropriar –se mais uma vez do futebol para fins políticos. Se nos anos Médici a conquista da Copa do Mundo fez o “otimismo se transformar em ufanismo” (FICO, 1997), um indicador do sucesso brasileiro, com Geisel o Campeonato Brasileiro seria usado como palanque para interesses políticos na conquista das urnas para políticos aliados ao governo.

Muitos são os estudos que ainda tenho que fazer, principalmente no que diz respeito a análise destes políticos beneficiados com a inclusão de seus times no campeonato. Também de que forma os times poderiam se beneficiar da projeção que estes dirigentes – políticos lhes proporcionavam uma vez que muitos destes clubes hoje estão relegados ao esquecimento. Se mais perguntas que respostas são levantadas por este paper significa que o caminho dos gramados até as urnas não era nada simples.

## BIBLIOGRAFIA

**Abreu, Alzira Alves de, Beloch, Israel, Lattman-Weltman, Fernando & Lamarão, Sérgio Niemeyer (orgs.).** (2001) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV Editora

**Araújo, Maria Paula Nascimento.** “A Ditadura Militar em tempo de transição (1974 – 1985) In: Martinho, Francisco Carlos Palomanes. *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

**Bourdieu, Pierre.** A representação política.” Elementos para uma teoria do campo político”. In : *O poder simbólico*. Lisboa : Difel, 1986

**Carvalho, Alessandra.** “Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da ARENA e do MDB”. Teses de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008

**Castro, Celso; Daraujo, Maria Celina (Orgs.)** . “Ernesto Geisel”. 5a. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997

Fico, Carlos. “reinventando o Otimismo - Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil”. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997

**Gáspari, Elio.** “A Ditadura Derrotada – o Sacerdote e o Feiticeiro”. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

**Grinberg, Lucia.** “Partido Político ou bode expiatório – um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional – ARENA (1965 – 1979). Rio de Janeiro: Mauad editora, 2009.

**Júnior, Hilário Franco.** “A dança dos deuses: futebol, sociedade e cultura”. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

**Lever, Janet.** “Soccer Madnes – Brazil`s passion for the world`s most popular sport”. Long Grove: Waveland Press Inc, 1983

**Motta, Rodrigo Patto Sá.** “Partido e Sociedade – A trajetória do MDB”. Ouro Preto: Editora UFOP, 1997

----- “O MDB e as esquerdas”. (In) Aarão, Daniel Reis e Ferreira, Jorge. “Revolução e democracia (1964-...) – as esquerdas no Brasil”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

**Rego, Antonio Carlos Pojo do.** “O Congresso Brasileiro e o Regime Militar (1964 – 1985)”. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

**Reis, Daniel Aarão.** “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.) *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc

**Santiago Jr., José Renato Sátiro.** “Os arquivos dos Campeonatos Brasileiros”. São Paulo: Panda Books, 2006.

**Sarmiento, Carlos Eduardo.** “*A regra do jogo: uma história institucional da CBF*”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006

**Schimit, Rogério.** “Partidos políticos no Brasil (1945 – 2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

**Soares, Samuel Alves.** “Controles e autonomia – As Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974 – 1999)”. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

**Teixeira, Francisco Carlos.** “Crise da Ditadura Militar e a Abertura Política” In. Delgado, Lucila de Almeida Neves e Ferreira, Jorge (org). *O Brasil Republicano – O tempo da ditadura (o regime militar e os movimentos sociais em fins dos século XX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

## **PERIÓDICOS**

Jornal do Brasil

Revista Veja

Revista Placar